O autor Felizberto Moraes foi admitido pela empresa ré (Empresa Eventos em Geral Ltda) em meados de dezembro de 1994 (**contando 14 anos sem registro**), e como última remuneração fixa mensal (30 de maio de 2008) percebeu o equivalente a R$ 1.400,00, para exercer as funções de motorista de caminhão. Todavia foi registrado com salário de R$ 1.520,00 (a partir de abril de 2007 à 30/05/2008 na CTPS) e vem recebendo pelo seu benefício (nº 00000000–20 em anexo) o valor de R$ 1.660,00, com reajuste sofrido em 01/01/08.

Durante todo o vínculo empregatício laborou de segunda a segunda, sendo que laborava em média 12 horas por dia, das 8:30 às 22 horas, não havia cartão-ponto, mas continuava o trabalho externo após esse horário; principalmente nos sábados e domingos no mesmo horário a fim de cumprir como as exigências da empresa.

Como a reclamada não procedeu a anotação da CTPS do reclamante no período retro narrado, a mesma nunca efetuou os depósitos fundiários.

Como relatado o reclamante dirigia o carro de som, trio elétrico, bandas musicais, shows, comícios eleitorais, festivais, etc. Sua função exigia sua presença física em 100% de sua conclusão. Sendo assim, o barulho produzido pelo ramo de trabalho prestado pelo autor era totalmente insalubre.

Desde a admissão, labutava transportando bandas, shows sazonais em praia, eventos, comícios eleitorais, etc.

Em razão da total falta de treinamento e coordenação técnica dos serviços por profissional qualificado, a prestação de serviço adotada pela empresa culminou por provocar o acidente de trabalho de que foi vítima o Autor.

No dia 25/05/2008, por volta das 15:50h, Carnaval em São Paulo, a empresa requerida foi contratada para cobrir o respectivo evento. O reclamante estava na carreta parte de cima prestando auxílio à Requerida (onde normalmente é o palco do caminhão) e lá encima viu aproximar-se do caminhão uma segurança (mulher) que segurava a corda de isolamento e a mesma entrou entre a frente do rodado traseiro do caminhão e a tração dianteira do caminhão para pegar algumas caixas de copo de água. Quando o autor percebeu o eminente perigo que a mesma estava se expondo, puxou ela pra fora, afastando-a de um possível acidente, todavia nesse momento algumas pessoas que circulavam o veículo falaram ao motorista que estava lá dentro conduzindo o caminhão (sr. Onofre - empregador e requerido) seguir em frente, e o mesmo sem pensar racionalmente, de inopino sem nenhum tipo de precaução ou cautela, deu a partida no veículo e começou a andar em baixa rotação, quando o autor instintivamente tentou sair do caminhão (entre o rodado traseiro do caminhão e a tração dianteira do mesmo – local onde retirou anteriormente a mulher/segurança) e evitar algo pior consigo, subitamente foi atropelado pela tração do caminhão, e após o autor gritar ao requerido para parar, o sr. Onofre freou encima da perna do autor-vítima. Quando o autor gritou o sr. Onofre, o mesmo decidiu dar a ré para sair de cima de sua perna; resultado: a perna direita foi queimada pela tração do pneu e do asfalto deixando ferimentos graves, comprometendo a sensibilidade da perna direita, todavia a sua perna esquerda sofreu múltiplas fraturas resultando em sua fatídica amputação.

O autor foi hospitalizado e medicado no mesmo dia, desde o dia 25/05/08 até a 2ª. semana de setembro (média de 95 dias). Os ferimentos recebidos culminaram por acarretar em aproximadamente 9 cirurgias, sendo a primeira de amputação da sua perna esquerda, a 2ª. amputação de parte da coxa, e a terceira da desarticulação ao nível do joelho, fora os enxertos de pele em ambas as pernas. A hospitalização perdurou por diversos meses após a data do acidente (ver fotos e cd em anexo). Com o passar do tempo, devido a problemas na cicatrização do coto, as seqüelas ainda são sentidas, dando a impressão que a perna existe integralmente e padecendo pois o autor de fortes dores, sendo obrigado a ingerir pesada medicação por conta própria, a fim de minorar o seu sofrimento.

Mister aclarar, que o autor não se adaptou também com a prótese nacional que lhe foi fornecida pela previdência social, não tendo como custear a aquisição de outra, importada, mais leve e que não prejudique a cicatrização do coto, apesar de ter cotado 2 orçamentos para uma prótese melhor (ver cotações em anexo).

Apesar de tudo isso, o sr. Onofre Dias, proprietário da requerida, fez distintas promessas de apoio econômico, psicológico e logístico aos filhos e irmã, entretanto, não cumpriu com nenhuma delas, e.g.: carro com câmbio automático, enfermeiro 24 horas, prótese melhor, apoio moral-pessoal todo fim de semana com presença física; entre outras custas foram bancadas pelo filho e depois ressarcidas mediante apresentação de documentos, haja vista que não houve manifestação ou sequer interesse da parte do sr. Onofre, proprietário da requerida.

A empresa, por sua vez, fez a competente comunicação de acidente do trabalho ao órgão-ACIDENTE, com o benefício nº 00000000-20 e a partir de **fevereiro de 2009** começou a perceber o valor de R$ 1.660,00, ou mais ou menos 3,25 salários mínimos piso federal vigente, a título de aposentadoria por invalidez.

Esclareça-se que a empresa ré não mantém CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e nem seguro de vida, bem como jamais foi lhe dado treinamento com relação aos procedimentos de precaução e segurança.

Ficou afastado do trabalho, recebendo auxílio-doença por quase 3 meses, desde a data do acidente, até que foi concedida a aposentadoria por invalidez a partir do dia 09/02/09 (doc.).

Além disso, em razão do acidente está totalmente impossibilitado de executar trabalho semelhante ao anterior. A razão é evidente, a redução definitiva da capacidade do membro atingido.

Houve negligência da empresa na adoção de metodologia e normas de segurança de trabalho que diminuísse o risco de acidentes e total imprudência do empregador ao dar a partida no veículo com o empregado/motorista do trio entre o rodado traseiro do caminhão e a tração dianteira tentando solucionar a imprevista situação.

Do trágico acidente advieram danos morais, materiais e estéticos, afinal, contava o autor com 56 anos à época, tinha boa aparência e gozava de excelente saúde, e tinha como hobby preferido dançar e ainda brincar com seu neto, levá-lo para passear, etc. **Como advogado do reclamante, apresente a medida judicial cabível.**